

TRT-PR 09224-2001-013-09-00-3

RELATOR UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 06-08-2004

LITISPENDÊNCIA. AÇÃO INDIVIDUAL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. Reza o art. 104, do Código de Defesa do Consumidor, que: "As ações coletivas, previstas nos incisos I e II, do parágrafo único, do artigo 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada "erga omnes" ou "ultra partes" a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva." Observa-se, portanto, que por expressa previsão legal, as ações coletivas não induzem a litispendência das ações individuais. Não pode ser acolhida a alegação de que tal efeito está condicionado ao pedido de suspensão. Conforme pode-se observar da norma legal transcrita, a suspensão só é necessária com relação à produção dos efeitos da coisa julgada, e não da litispendência. Nem se alegue que os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor são inaplicáveis no processo do trabalho, ao que convém salientar que o tema no caso presente é meramente processual, não havendo discussão a respeito do direito material alegado pelo Reclamante e eventualmente regido pelo CDC. Ao contrário, trata-se de discussão a respeito da existência, ou não, de litispendência entre uma ação coletiva e uma ação individual que possuem o mesmo objeto. Nesse sentido, o dispositivo da lei n.º 7.347-85 é cristalino, ao dispor que: "Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor." Espanca-se, portanto, qualquer dúvida quanto à incidência das normas processuais previstas no CDC sobre a ação civil pública ajuizada na Justiça do Trabalho, visto que esta é regida precisamente pela lei n.º 7.347-85. Preliminar argüida pela Reclamada que se rejeita.

02913-2000-003-09-00-9

RELATOR UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 20-08-2004

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISPENDÊNCIA. INEXISTÊNCIA. APLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO. A Ação Civil Pública, por expressa previsão legal, não induz litispendência nas ações individuais ajuizadas, ainda que haja identidade de pedido e causa de pedir. Reza o art. 104, do Código de Defesa do Consumidor, que: "As ações coletivas, previstas nos incisos I e II, do parágrafo único, do artigo 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência

nos autos do ajuizamento da ação coletiva." Não prospera a alegação de que tal norma é inaplicável no processo do trabalho. Convém salientar que o tema é meramente processual, não havendo discussão a respeito do direito material alegado pelo Reclamante e eventualmente regido pelo CDC. Ao contrário, trata-se de discussão a respeito da existência, ou não, de litispendência entre uma ação coletiva e uma ação individual que possuem o mesmo objeto. Nesse sentido, o dispositivo da lei n.º 7.347-85 é cristalino, ao dispor que "Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor." Espanca-se, portanto, qualquer dúvida quanto à incidência das normas processuais previstas no CDC sobre a ação civil pública ajuizada na Justiça do Trabalho, visto que esta é regida precisamente pela lei n.º 7.347-85. Preliminar de litispendência invocada pela Reclamada que se rejeita.